



TESTES

- 1) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Escrivão ou Responsável pelo Expediente, hierárquica e funcionalmente subordinados ao Juiz, incumbe, dentre outras funções e deveres:**
 - a) controlar e organizar as férias e licenças dos seus subordinados e demais servidores vinculados à serventia, submetendo, quando necessário, as respectivas escalas e requerimentos à aprovação do Juiz
 - b) processar pessoalmente os feitos que lhe forem distribuídos em razão de lei ou por determinação expressa do Juiz ou da Corregedoria Geral da Justiça, especialmente os processos disciplinares instaurados
 - c) responsabilizar-se pela preparação técnica e constante aperfeiçoamento dos seus subordinados, mediante supervisão e orientação pessoal, além de indicação para curso e treinamento oficiais
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 2) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, os Juizados Especiais e Adjuntos funcionarão, para atendimento ao público, no horário das:**
 - a) 11h às 18h
 - b) 09h às 18h
 - c) 10h às 18h
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 3) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, comunicar ao Juiz de Direito a que estiver vinculado, bem como ao órgão de informática e à Corregedoria-Geral da Justiça, os fatos que impeçam a plena utilização do sistema, compete ao:**
 - a) Escrivão
 - b) Juiz
 - c) assistente
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 4) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em qualquer hipótese, as custas devidas deverão ser pagas antecipadamente à prática do respectivo ato, ressalvada:**
 - a) certidões negativas
 - b) a gratuidade de justiça e os casos expressamente previstos em lei
 - c) cópias de sentenças e acórdãos
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 5) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, as serventias judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro de no mínimo 1,00m x 0,50m, contendo:**
 - a) as tabelas publicadas anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato, atualizados e expressos em moeda corrente
 - b) aviso de que as informações atinentes a custas e emolumentos encontram-se disponíveis no sítio do Egrégio Tribunal de Justiça para consulta dos interessados
 - c) esclarecimento de que qualquer irregularidade na cobrança de custas, emolumentos e taxa judiciária deve ser comunicada à Corregedoria Geral da Justiça, para apreciação das medidas cabíveis
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 6) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a autuação, remessa de processos e correspondências, restauração de capas, controle de material e de expediente, atendimento ao público e arquivo, serão feitas pela:**
 - a) equipe de processamento
 - b) equipe de digitação
 - c) equipe de preparação administrativa
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 7) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, fica vedada a formação de livros e pastas não obrigatórios constituídos através da impressão de dados constantes no sistema informatizado DCP, tais como Livro Tombo e pasta de estatística, sob pena de:;**
 - a) responsabilidade funcional
 - b) responsabilidade fiscal
 - c) responsabilidade administrativa
 - d) todas as alternativas estão corretas
- 8) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a assinatura digital do Juiz prolator no texto da sentença lançado no sistema informatizado, é considerada:**
 - a) facultativa
 - b) obrigatória
 - c) arbitrária
 - d) todas as alternativas estão corretas

1) **D** (art.150/Cons.Norm.TJ-RJ)
 2) **C** (art.153,§2º/Cons.Norm.TJ-RJ)
 3) **A** (art.156,VI/Cons.Norm.TJ-RJ)
 4) **B** (art.165§3º/Cons.Norm.TJ-RJ)

5) **D** (art.162/Cons.Norm.TJ-RJ)
 6) **C** (art.173/Cons.Norm.TJ-RJ)
 7) **A** (art.177,§5º/Cons.Norm.TJ-RJ)
 8) **B** (art.181-A,§1º/Cons.Norm.TJ-RJ)



- 9) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Advogado ou Estagiário de Direito devidamente inscrito na OAB, que não estiver constituído nos autos, para a obtenção de cópias e desde que não obstacule o regular andamento processual, poderá deles dispor fora das dependências cartorárias, mediante:**
- pagamento de guia própria da OAB
 - assinatura do livro de carga
 - retenção do "cartão de plástico" ou da "carteira-livreto" fornecidos pela OAB
 - todas as alternativas estão corretas
- 10) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, eventuais alterações de partes e seus advogados que ocorram no curso do processo deverão ser anotadas:**
- no final do processo
 - na capa dos autos
 - no livro de vista
 - todas as alternativas estão corretas
- 11) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão:**
- 400 folhas em cada volume
 - 300 folhas em cada volume
 - 200 folhas em cada volume
 - todas as alternativas estão corretas
- 12) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o expediente de comunicação de atos judiciais pelo SEED obedecerá ao seguinte:**
- não será fechado com grampo metálico
 - admitirá a anexação de cópia da denúncia ou de outras peças de informação ou instrução, tratando-se de citação para ação penal, somente se o interrogatório houver de ser realizado em outro Juízo
 - serão anexadas cópias da petição inicial ou denúncia, das alegações preliminares e de outras peças que o Juiz determine, de ofício ou a requerimento da parte, nas precatórias para oitiva de testemunhas no Juízo deprecado
 - todas as alternativas estão corretas
- 13) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, os dados que deverão ser lançados nos atos destinados à publicação, serão:**
- a natureza do processo, o número dos autos e o nome das partes
 - o conteúdo da intimação, inclusive com a especificação das custas a serem recolhidas, se for o caso
 - o nome dos advogados
 - todas as alternativas estão corretas
- 14) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Os débitos referentes à multa penal seguirão o mesmo trâmite daqueles relativos às:**
- custas e taxa judiciária
 - execuções fiscais
 - certidões
 - todas as alternativas estão corretas
- 15) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o arquivamento especial poderá ser realizado, excepcionalmente, pela Serventia judicial, independentemente de prévia autorização do Corregedor-Geral da Justiça, caso o processo, inclusive eventuais apensos, esteja sem movimentação processual no sistema informatizado há mais de:**
- 5 anos
 - 2 anos
 - 3 anos
 - todas as alternativas estão corretas
- 16) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, são consideradas petições de juntada impossíveis:**
- a petição recebida cujo processo esteja arquivado, e não contenha pedido de desarquivamento
 - a petição destinada a processo cuja competência tenha sido declinada e que a baixa tenha sido lançada no sistema
 - petição sujeita à distribuição ou anotação no distribuidor, cujo pedido de distribuição por dependência tenha sido deferido
 - todas as alternativas estão corretas
- 17) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, As cartas precatórias expedidas para cumprimento no Estado do Rio de Janeiro adotarão, obrigatoriamente, a forma:**
- sedex
 - protocolo geral
 - eletrônica
 - todas as alternativas estão corretas
- 18) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, as procurações e os substabelecimentos, com ou sem reserva de poderes, deverão ser juntados através de:**
- juntada
 - vista
 - petição
 - todas as alternativas estão corretas
- 19) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o serventuário de Vara com competência de Fazenda Pública praticará, independentemente de despacho judicial, os seguintes atos ordinatórios:**
- remeter ao contador, em 48 horas, para consolidação do valor do débito, a petição inicial de execução fiscal, zelando para que a conta prévia discrimine a parcela correspondente ao principal daquelas referentes aos acessórios
 - fornecer ao devedor interessado em quitar ou depositar o débito o competente documento de arrecadação preenchido, orientando-o a efetuar o recolhimento na instituição bancária em 24 horas e a devolver a guia do cartório para juntada aos autos respectivos
 - proceder ao registro em livro próprio de sentença de extinção de execução fiscal, dele fazendo constar o número de ordem e do feito, o nome das partes e do Juiz, as datas de prolação e de registro
 - todas as alternativas estão corretas

9) **C** (art.183,§2º/Cons.Norm.TJ-RJ)

10) **B** (art.187,4º/Cons.Norm.TJ-RJ)

11) **C** (art.189/Cons.Norm.TJ-RJ)

12) **D** (art.191/Cons.Norm.TJ-RJ)

13) **D** (art.199/Cons.Norm.TJ-RJ)

14) **A** (art.209/Cons.Norm.TJ-RJ)

15) **C** (art.224-A/Cons.Norm.TJ-RJ)

16) **D** (art.230,§1º/Cons.Norm.TJ-RJ)

17) **C** (art.245-A/Cons.Norm.TJ-RJ)

18) **C** (art.251/Cons.Norm.TJ-RJ)

19) **D** (art.290/Cons.Norm.TJ-RJ)



- 20) **Tendo em vista a Consolidação Normativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em se tratando de Recuperações Judiciais, além dos ofícios elencados nos incisos acima, também serão expedidos ofícios:**
- à Promotoria de Justiça em matéria empresarial, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que funcione junto ao feito onde foi deferido o processamento da recuperação judicial
 - aos Oficiais dos Cartórios de Registro de Protesto de Títulos da sede do Juízo que deferir o processamento da recuperação judicial, determinando que informe, com a máxima urgência, através de certidão, o que consta do registro do protesto mais antigo por falta de pagamento, efetuado contra a empresa em recuperação, ainda que tenha sido resgatado o título
 - ao Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a fim de que determine ao órgão de atuação da Procuradoria que funcione junto ao feito onde foi deferido o processamento da recuperação judicial
 - todas as alternativas estão corretas
- 21) (CODJ-RJ) **São órgãos do Poder Judiciário do Estado:**
- o Tribunal de Justiça; e os Juízes de Direito
 - o Tribunal do Júri e os Conselhos da Justiça Militar
 - os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais
 - todas as alternativas estão corretas
- 22) (CODJ-RJ) **São requisitos essenciais para a criação de comarca:**
- população mínima de quinze mil habitantes ou mínimo de oito mil eleitores
 - movimento forense anual de, pelo menos, duzentos feitos judiciais
 - receita tributária municipal superior a três mil vezes o salário- mínimo vigente na capital do Estado
 - todas as alternativas estão corretas
- 23) (CODJ-RJ) **Como órgão de disciplina e correição dos serviços judiciais e extrajudiciais de primeira instância atuará a:**
- Corregedoria-Geral da Justiça
 - Procuradoria da Justiça
 - Coordenadoria de Justiça
 - todas as alternativas estão corretas
- 24) (CODJ-RJ) **Dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e do Conselho da Magistratura, observando e fazendo cumprir as normas regimentais, compete:**
- ao Magistrado mais antigo
 - ao Presidente do Tribunal de Justiça
 - ao Desembargador Corregedor
 - todas as alternativas estão corretas
- 25) (CODJ-RJ) **O Conselho da Magistratura é integrado pelo Presidente, Vice-Presidentes, Corregedor-Geral e cinco desembargadores que não façam parte do Órgão Especial, eleitos por este, em sessão pública e escrutínio secreto, para um mandato de:**
- 4 anos
 - 3 anos
 - 2 anos
 - todas as alternativas estão corretas
- 26) (CODJ-RJ) **Aos juízes de direito vinculados aos respectivos juízos, compete em geral:**
- inspecionar, permanentemente, os serviços a cargo dos respectivos cartórios, dando-lhes melhor coordenação, prevenindo e emendando erros ou abusos, provendo sobre a regularidade dos autos e papéis, sobre a observância dos provimentos e determinações das autoridades judiciárias, e verificando se os serventuários mantêm os referidos cartórios em ordem e com higiene
 - apurar as faltas e aplicar as penas disciplinares da sua competência aos servidores que lhes sejam subordinados, provocando, quando for o caso, a intervenção da Corregedoria-Geral da Justiça
 - solicitar a transferência, ou remoção, de serventuário ou funcionário e pronunciar-se sobre a lotação de qualquer deles em seu juízo
 - todas as alternativas estão corretas
- 27) (CODJ-RJ) **Compete aos juízes de direito, especialmente em matéria de família processar e julgar:**
- as causas de nulidade e anulação de casamento, desquite e as demais relativas ao estado civil, bem como outras ações fundadas em direitos e deveres dos cônjuges, um para com o outro, e dos pais para com os filhos ou destes para com aqueles
 - processar e julgar os feitos contenciosos e administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros públicos
 - as execuções por quantia certa contra devedor insolvente, inclusive o julgamento do pedido de declaração de insolvência
 - todas as alternativas estão corretas
- 28) (CODJ-RJ) **Os Juízes de Direito das Varas Criminais têm competência genérica e plena na matéria de sua denominação, ressalvada a privativa de outros juízes ou os feitos de menor potencial ofensivo definidos na forma da lei. Competindo ainda, especialmente, em matéria criminal processar e julgar:**
- as ações penais, inclusive as de natureza falimentar, bem como a execução, e respectivos incidentes, das decisões e sentenças nelas proferidas, ressalvadas a competência da Vara de Execuções Penais
 - as medidas cautelares e de contracautela que recaiam sobre pessoas ou bens ou visem à produção de prova, podendo também decretá-las ou revogá-las de ofício, nas hipóteses previstas nas leis processuais penais
 - os pedidos de reabilitação
 - todas as alternativas estão corretas
- 29) (CODJ-RJ) **Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar:**
- os policiais civis nos crimes definidos no Código Penal
 - bombeiros militares nos crimes comuns definidos em lei
 - os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei
 - todas as alternativas estão corretas

20) **D** (art.298,§1º/Cons.Norm.TJ-RJ)

21) **D** (art.2º/CODJ-RJ)

22) **D** (art.11/CODJ-RJ)

23) **A** (art.17,§3º/CODJ-RJ)

24) **B** (art.30/CODJ-RJ)

25) **C** (art.34/CODJ-RJ)

26) **D** (art.72/CODJ-RJ)

27) **A** (art.85,I,"a"/CODJ-RJ)

28) **D** (art.93/CODJ-RJ)

29) **C** (art.154/CODJ-RJ)



- 30) (CODJ-RJ) **O Juiz de Paz será nomeado pelo Governador do Estado, para servir pelo prazo de:**
- 10 anos
 - 4 anos
 - 2 anos
 - todas as alternativas estão corretas
- 31) (CODJ-RJ) **A aposentadoria por invalidez será concedida ou decretada compulsoriamente, mediante procedimento estabelecido no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, com a observância dos seguintes requisitos:**
- a verificação de invalidez terá início a requerimento do magistrado, por despacho do Presidente do Tribunal de Justiça, de ofício, por deliberação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça ou do Conselho da Magistratura, e ainda por provocação da Corregedoria-Geral da Justiça
 - o paciente deverá ser afastado, desde logo, do exercício do cargo, até final decisão, devendo ficar concluído o processo no prazo de sessenta dias
 - o magistrado que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo por seis meses ou mais, para tratamento de saúde, deverá submeter-se, ao requerer nova licença para igual fim dentro de dois anos, a exame para verificação de invalidez
 - todas as alternativas estão corretas
- 32) (CODJ-RJ) **Os vencimentos dos desembargadores serão fixados, por lei, em quantia não inferior aos dos Secretários de Estado, nem superior aos dos:**
- Senadores
 - Deputados Federais
 - Ministros do Supremo Tribunal Federal
 - todas as alternativas estão corretas
- 33) (CODJ-RJ) **A verba de representação integra os vencimentos para todos os efeitos, salvo a concedida pelo exercício de :**
- prêmio
 - função temporária
 - férias
 - todas as alternativas estão corretas
- 34) (CODJ-RJ) **A licença para tratamento de saúde por prazo superior a trinta dias, bem como as prorrogações que importem em licença por período ininterrupto, também superior a trinta dias, dependem de:**
- inspeção médica
 - inspeção administrativa
 - ordem do Corregedor de Justiça
 - todas as alternativas estão corretas
- 35) (CODJ-RJ) **O magistrado tem direito a uma licença especial de 3 (três) meses, com vencimentos integrais, por :**
- triênio
 - biênico
 - quinquênio
 - todas as alternativas estão corretas
- 36) (CODJ-RJ) **O juiz de direito não poderá afastar-se do exercício do seu cargo, a não ser:**
- em gozo de licença ou férias
 - em caso de falecimento de seu descendente ou ascendente consanguíneo ou afim, cônjuge ou irmão, pelo prazo de oito dias
 - a serviço eleitoral, por determinação do tribunal respectivo
 - todas as alternativas estão corretas
- 37) (CODJ-RJ) **A pena aplicada no caso de falta de cumprimento dos deveres do cargo, de negligência reiterada ou de procedimento incorreto ou indecoroso, desde que a infração não seja punida com pena mais grave, será de:**
- advertência
 - censura
 - demissão
 - todas as alternativas estão corretas
- 38) (CODJ-RJ) **Das penas impostas caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, no prazo de:**
- cinco dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que decidirá pelo voto da maioria de seus membros
 - dez dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que decidirá pelo voto secreto
 - oito dias, para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que decidirá pelo voto da minoria de seus membros
 - todas as alternativas estão corretas
- 39) (CODJ-RJ) **Os prazos processuais ficarão suspensos no período compreendido entre:**
- 10 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive
 - 23 de dezembro e 2 de janeiro, inclusive
 - 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive
 - todas as alternativas estão corretas
- 40) (CODJ-RJ) **Por motivo de ordem pública, poderá o Presidente do Tribunal de Justiça decretar o fechamento do foro ou de qualquer dependência do serviço judiciário, bem como encerrar o expediente respectivo:**
- até uma hora antes do término do expediente
 - antes da hora legal
 - após a hora legal
 - todas as alternativas estão corretas
- 41) **O funcionário deixará de receber:**
- dois terços (2/3) do vencimento e vantagens, durante o recolhimento à prisão por ordem judicial não decorrente de condenação definitiva, ressalvado o direito à diferença, se absolvido afinal.
 - um terço (1/3) do vencimento e vantagens, durante o cumprimento, sem perda do cargo, de pena privativa de liberdade.
 - o vencimento e vantagens do dia em que não comparecer ao serviço, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado.
 - todas as alternativas estão corretas

30) **B** (art.159/CODJ-RJ)

31) **D** (art.186/CODJ-RJ)

32) **C** (art.192/CODJ-RJ)

33) **B** (art.192,§2º/CODJ-RJ)

34) **A** (art.198,§1º/CODJ-RJ)

35) **C** (art.200/CODJ-RJ)

36) **D** (art.210/CODJ-RJ)

37) **B** (art.212/CODJ-RJ)

38) **A** (art.212,§5º/CODJ-RJ)

39) **C** (art.230,§2º/CODJ-RJ)

40) **B** (art.231/CODJ-RJ)

41) **C** (art.21/Dec.Lei nº 220/75)



- 42) **O funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade após:**
- 02 (dois) anos de efetivo exercício
 - 03 (três) anos de efetivo exercício
 - 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício
 - 12 (doze) meses de efetivo exercício
- 43) **Quanto ao direito de petição e sua prescrição, assinale a alternativa correta:**
- O recurso não tem efeito devolutivo; seu provimento retroagirá à data do ato impugnado.
 - O direito de requerer prescreverá em 2 (dois) anos, quanto aos atos de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e quanto às questões que envolvam direitos patrimoniais.
 - O prazo de prescrição contar-se-á da data da ciência do interessado, a qual se presumirá da publicação do ato.
 - O recurso interrompe a prescrição somente uma vez.
- 44) **A pena de suspensão será aplicada em casos de:**
- falta grave e reincidência em falta já punida com repressão.
 - falta grave e incontinência pública e escandalosa.
 - prática de jogos proibidos e embriaguez habitual ou em serviço.
 - abandono de cargo e desídia no cumprimento dos deveres.
- 45) (Corregedoria/98) **Aos funcionários públicos civis é proibido:**
- ser sócio de empresa ou sociedade
 - pleitear, em causa própria, perante os órgãos públicos
 - pleitear, como procurador ou intermediário, junto aos órgãos estaduais, vantagens, provento ou remuneração de parente, consanguíneo ou afim, até segundo grau
 - empregar material ou quaisquer bens do Estado em proveito próprio
- 46) (Técnico Juramentado/2001) **No Estado do Rio de Janeiro, antes de adquirir a estabilidade, o servidor público será submetido ao estágio experimental e ao estágio probatório. A não aprovação no estágio experimental e no estágio probatório acarretam, respectivamente:**
- a exoneração e a demissão
 - a inabilitação do concurso e a demissão
 - a exoneração nas duas situações
 - a inabilitação do concurso e a exoneração
- 47) (Técnico Juramentado/2001) **O decreto nº 2.479/79, que regulamenta o decreto-lei 220/75, trata do exercício do direito de petição, por servidores públicos. Com relação aos requerimentos administrativos, ao pedido de reconsideração e ao recurso administrativo, é INCORRETO afirmar que:**
- no exercício do direito de petição, o erro na indicação da autoridade não prejudica a parte requerente
 - o pedido de reconsideração será encaminhado à autoridade que expediu o ato e será decidido no prazo máximo de 08 dias
 - como regra o pedido de reconsideração e o recurso hierárquico não têm efeito suspensivo
 - a autoridade que receber o pedido de reconsideração poderá processá-lo como recurso hierárquico encaminhando-o a autoridade superior
- 48) (Técnico Juramentado/2001) **Com relação à exoneração do servidor público, levando-se em consideração a legislação estadual e principalmente as normas constitucionais, é possível afirmar que:**
- a exoneração de um servidor público, ocupante de qualquer tipo de cargo, sempre será motivada
 - a exoneração a pedido do servidor e a demissão têm o mesmo significado jurídico
 - após adquirir estabilidade, o servidor não pode mais ser exonerado, mesmo a seu pedido
 - a exoneração não tem a natureza de punição
- 49) **Os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foram fundidos pela Lei nº 3.893/02, passando a constituir, segundo a Lei nº 4.620/05, "Quadro Único", que compreende os cargos de:**
- provimento efetivo, organizados em carreira
 - provimento efetivo, de natureza singular
 - provimento em comissão, de natureza singular
 - todas as alternativas estão corretas
- 50) **A passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, denomina-se:**
- progressão funcional
 - promoção
 - regressão
 - todas as alternativas estão corretas
- 51) **Tendo em vista a lei nº 3.350/1999 não haverá restituição de custas ou emolumentos por ato ou diligência efetivamente realizados e posteriormente tornados sem efeito por culpa do:**
- juízo
 - cartório
 - interessado
 - todas as alternativas estão corretas
- 52) **Segundo a Lei nº 3.350/1999, incumbe a fiscalização sobre a cobrança e recolhimento das custas e emolumentos:**
- ao Corregedor Geral de Justiça
 - ao juízo e serventuários
 - ao Ministério Público
 - todas as alternativas estão corretas
- 53) **Tendo em vista a Lei nº 3.350/1999, são isentos do pagamento de custas:**
- o beneficiário da justiça gratuita
 - o réu declarado pobre, nos feitos criminais
 - as revisões criminais
 - todas as alternativas estão corretas
- 54) **Segundo a Lei nº 3.350/1999, serão isentos de custas os maiores de 60 anos que:**
- recebam mais de 20 salários mínimos
 - recebam até 10 salários mínimos
 - recebam menos de 20 salários mínimos
 - todas as alternativas estão corretas

42) **B** (art.3º/Dec.Lei nº 220/75+ art.41/CF)43) **C** (art.31-32/Dec.Lei nº 220/75)44) **A** (art.50/Dec.Lei nº 220/75)45) **D** (art.40/Decr-Lei nº 220/75)46) **D** (art.2º/Decr-Lei nº 220/75)47) **B** (art.201-§§/Decreto nº 2.479/79)48) **D** (art.46-teoria/Decr-Lei nº 220/75)49) **A** (art.2º /L.nº 4620/05)50) **A** (art.8º-§1º/L.nº4.620/05)51) **C** (art.3º/L.nº3.350/1999)52) **D** (art.7º/L.nº3.350/1999)53) **D** (art.17/L.nº3.350/1999)54) **B** (art.17,X/L.nº3.350/1999)



- 55) Segundo a Lei nº 3.350/1999, a extinção do processo por abandono, desistência ou transação, em qualquer fase, não dispensa o responsável pelo:
- pagamento das custas e pela restituição do indébito
 - pagamento das custas, nem implica sua restituição
 - débito processual e implica restituição
 - todas as alternativas estão corretas
- 56) Tendo em vista a lei nº 3.350/1999, sem prejuízo da gratuidade, quando concedida nos termos da lei federal ou estadual, as custas e a taxa judiciária, quando devidas, serão pagas ao final:
- na ação popular
 - nos litígios relativos a acidentes do trabalho
 - na ação civil pública
 - todas as alternativas estão corretas
- 57) Tendo em vista a lei nº 3.350/1999 nos feitos relativos a ações penais públicas e a ações penais privadas subsidiárias da pública, as custas serão pagas pelo réu:
- ao final condenado
 - no início mesmo que condenado
 - ao final absolvido
 - todas as alternativas estão corretas
- 58) Nos termos da lei nº 3.350/1999 nas hipóteses em que as custas possam ser pagas após a distribuição, esta será cancelada se o feito não for preparado no prazo de:
- 90 dias
 - 60 dias
 - 30 dias
 - todas as alternativas estão corretas
- 59) Determina a lei nº 3.350/1999 que não haverá pagamento de novas custas no caso de redistribuição do feito em virtude de:
- incompetência entre juízes estaduais e federais
 - de reconhecimento de incompetência entre Juízes Estaduais
 - competência relativa entre juízos
 - todas as alternativas estão corretas
- 60) Assevera a lei nº 3.350/1999 que é dispensável a inscrição do débito em Dívida Ativa, se o seu valor total for inferior a:
- 100 UFIRs
 - 80 UFIRs
 - 50 UFIRs
 - todas as alternativas estão corretas
- 61) Os atos extrajudiciais praticados pelas serventias oficializadas, bem como os recolhimentos eletrônicos recebidos em sede administrativa, deverão ter seus registros realizados no sistema :
- SIACONTGRERJ
 - SEI-DE
 - DGTEC-DERUS
 - todas as alternativas estão corretas
- 62) O servidor remunerado pelos cofres públicos receber diretamente importância destinada ao pagamento de custas, emolumentos e taxa judiciária, salvo expressa determinação legal, comete:
- falta leve
 - falta grave
 - contravenção penal
 - todas as alternativas estão corretas
- 63) Incumbe exclusivamente às serventias judiciais processantes a verificação do exato recolhimento das custas e taxa judiciária antes da prática de qualquer ato decisório ou a ser praticado por servidor auxiliar do juízo, através de certidão, que, sob pena de caracterização de falta funcional, deve conter os seguintes dados:
- na hipótese de recolhimento ausente ou insuficiente de custas, deve ser certificado o valor correto a ser recolhido, discriminando-se os tipos de receita a serem observados, bem como os códigos a serem utilizados, quando não estejam impressos nos campos da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ)
 - caso o recolhimento de custas se apresente equivocado pela utilização errônea de códigos/contas no preenchimento da GRERJ, a serventia deve certificar o código correto
 - na hipótese de certificação do recolhimento equivocado de custas, efetuado por ocasião de interposição de recursos junto aos Juizados Especiais, a certidão cartorária de recolhimento de custas será detalhada de forma a permitir a verificação do que foi recolhido a maior ou a menor nos campos respectivos da GRERJ para possibilidade de análise da deserção ou da compensação dos valores pagos
 - todas as alternativas estão corretas
- 64) Segundo o Ato Normativo 08/2009, a GRERJ Eletrônica paga on line receberá :
- um número de protocolo
 - uma autenticação eletrônica
 - uma autenticação mecânica
 - todas as alternativas estão corretas
- 65) No Ato Normativo 09/2009 conceitua o estágio inicial, onde é registrada a entrada da GRERJ Eletrônica no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ e sua associação a um número de processo judicial como:
- Utilizada
 - Vinculada
 - Finalizada
 - todas as alternativas estão corretas
- 66) As petições recebidas diretamente pelas serventias judiciais também deverão ter suas GRERJ Eletrônicas Judiciais cadastradas no sistema, no momento da juntada aos autos, o que as colocará automaticamente nos estágios de:
- Finalizada
 - Utilizada e Vinculada
 - Conferida
 - todas as alternativas estão corretas

- 55) B (art.20/L.nº3.350/1999)
56) D (art.24/L.nº3.350/1999)
57) A (art.26/L.nº3.350/1999)
58) C (art.27/L.nº3.350/1999)
59) B (art.28/L.nº3.350/1999)
60) C (art.31,§4º/L.nº3.350/1999)
61) A (Aviso nº 150/2012))

- 62) B (art.163/Cons.Normativa)
63) D (art.169/Cons.Normativa)
64) B (art.4º,§3º/Ato Normativo 08/2009)
65) A (art.3º/Ato Normativo 09/2009)
66) B (art.5º, §2º/Ato Normativo 09/2009)



67) Segundo o Aviso 57/2010, as custas pertinentes aos atos de interdições e tutelas serão cobradas de acordo com a competência do Juízo, obedecida a respectiva tabela, ensejando, em ambas as hipóteses, o recolhimento de taxa judiciária :

- a) máxima
- b) mínima
- c) complexa
- d) todas as alternativas estão corretas

68) Tendo em vista o Aviso 57/2010, na separação e no divórcio consensual, em que as partes acordarem sobre a partilha ou optarem pelo estabelecimento de um condomínio no patrimônio comum no momento da dissolução da sociedade conjugal, não incide :

- a) a taxa judiciária relativa a inventário
- b) nenhuma taxa judiciária
- c) custas judiciais
- d) todas as alternativas estão corretas

69) Assegura o Decreto-lei nº5/1975 que não incidirá taxa judiciária:

- a) nas declarações de crédito e pedidos de alvarás em apenso aos processos de inventário de falência e concordata, salvo quando estes dois últimos se tornarem contenciosos
- b) nos processos de habilitação para casamento
- c) nos processos de habeas corpus
- d) todas as alternativas estão corretas

70) Diferir o momento do recolhimento da custas judiciais, bom como autorizar seu parcelamento, desde que, em ambas as situações, o integral pagamento seja efetuado antes da sentença, incumbindo a serventia do juízo a fiscalização quanto ao correto recolhimento das parcelas, é facultado:

- a) ao escrivão diretor do Fórum
- b) ao Juiz
- c) ao Corregedor Geral
- d) todas as alternativas estão corretas

71) Segundo a Resolução nº 198/2014, as metas aplicáveis aos órgãos do Poder Judiciário e acompanhadas pelo CNJ durante o período de vigência da Estratégia Nacional, denominam-se:

- a) Metas de Medição Continuada
- b) Metas de Medição Periódica
- c) Metas Nacionais
- d) todas as alternativas estão corretas

72) Determina a Resolução nº198/2014 que os Encontros Nacionais do Poder Judiciário serão realizados preferencialmente no mês de novembro de cada ano, observando-se os seguintes objetivos, sem prejuízo de outros:

- a) divulgar e premiar o desempenho de tribunais, unidades e servidores no cumprimento das Metas Nacionais (MN), na criação e na implantação de boas práticas e avaliar a estratégia nacional
- b) aprovar metas nacionais, diretrizes e iniciativas estratégicas para o biênio subsequente
- c) ajustar, quando necessário, as metas nacionais, as diretrizes e as iniciativas estratégicas previamente aprovadas no encontro do ano anterior
- d) todas as alternativas estão corretas

Caro Candidato,

Alguns erros de "digitação" podem ocorrer... Pensando nisso, colocamos ao lado de cada resposta (de Direito) o texto legal referente à questão. Assim, em caso de dúvida quanto à resposta, você poderá conferir na apostila - de acordo com texto legal indicado - qual a resposta correta (o que vale é o texto da lei - *sempre!!!*)



67) **B** (Item 2/Avisonº 57/2010)
 68) **A** (Item 15/Avviso nº57/2010)
 69) **D** (art.114/D.L. nº5/1975)
 70) **B** (art.4º/L.nº6.369/12)

71) **A** (art.2º,II/Res.nº198/2014)
 72) **D** (art.12/Res.nº198/2014)